



Concessão Patrocinada dos Aeroportos de Passo fundo e Santo Ângelo
Respostas aos pedidos de esclarecimento

Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
1	1		Considerando a publicação do edital em 12 de fevereiro de 2024 e o impacto da pandemia da COVID-19 na confiança dos investidores nacionais e internacionais, é possível dilatar o período de análise dos editais de Concorrência, a fim de acomodar as necessidades de avaliação dos investidores?	O cronograma da Licitação está disposto no item 5.55 do Edital. Eventuais alterações serão divulgadas no site da Licitação.
2	2		Dado que os documentos no data-room datam de setembro de 2023 e os estudos foram entregues em novembro de 2021, como a organização assegura que as intervenções necessárias, assumidas no contexto dos estudos, foram de fato implementadas, especialmente considerando possíveis discrepâncias entre a planilha de Capex projetada e a infraestrutura atual dos Aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo?	Caberá à futura Concessionária traçar seu próprio projeto e calcular seu CAPEX, tendo em vista os potenciais <i>upsides</i> e riscos percebidos, desde que atenda aos critérios e condições explicitados no Contrato de Concessão. Nestes termos, disciplina o item 1.43 do Edital: “As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados aos Complexos Aeroportuários e à sua exploração, disponibilizados no sítio do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, não apresentando qualquer caráter vinculativo que





20040000007089

Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				<i>responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária."</i>
				É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, conforme Edital, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.
3	3		Como o plano diretor aeroportuário alinha a expansão da infraestrutura com a viabilidade econômica das operações? Questionamos em razão dos gatilhos de demanda, as desapropriações necessárias e os investimentos de capital no contexto de recuperação pós-pandêmica e a situação econômica atual do país?	Caberá à futura Concessionária traçar seu próprio projeto e calcular seu CAPEX, tendo em vista os potenciais <i>upsides</i> e riscos percebidos, desde que atenda aos critérios e condições explicitados no Contrato de Concessão. Nestes termos, disciplina o item 1.43 do Edital: " <i>As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados aos Complexos Aeroportuários e à sua exploração, disponibilizados no sítio do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, não apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária."</i>
4	4	3.5.1 - Anexo 2	Em conformidade com o anexo 2 (PEA), a concessionária deve providenciar a infraestrutura do Sistema de Combate a Incêndio (SCI) para no mínimo CAT 1 no aeroporto de Santo Ângelo, entretanto, ao analisar o anexo 7, referente ao Plano de	Atualmente cada aeroporto possui 01 CAMINHÃO SCANIA - P 440 - AP 02, com características que garantem aos dois aeroportos uma SCI CAT -5.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
			Transferência Operacional (PTO), identificamos apenas 1 Carro de Combate a Incêndio (CCI). Diante disso, gostaríamos de saber quantos CCIs estão atualmente presentes em ambos os aeroportos, considerando as imagens presentes nos estudos de engenharia.	Os dois CCI's estão em perfeitas condições de funcionamento e conservação. Na lista de bens reversíveis disponibilizada no apêndice A do Anexo 7 do Contrato - PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL (PTO), na parte relativa ao Aeroporto de Santo Ângelo, deve ser considerado o acréscimo de 01 CAMINHÃO SCANIA P-420, AP-02, REGISTRO PATRIMONIAL 000500627, data de aquisição 19/11/2010, visto que erroneamente não constou no momento da publicação do referido anexo.
5	5		Qual é o status do convenio de delegação dos aeroportos em relação a concessão? Os Convênios de Delegação foram atualizados até a data final prevista para a concessão?	No ano de 2023, a União, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos, e o Estado do Rio Grande do Sul, celebraram os Convênios de Delegação n.º 14/2023 e n.º 15/2023, por meio dos quais foram delegados ao Estado do Rio Grande do Sul a administração dos Aeroportos de Santo Ângelo e Passo Fundo. De acordo com as Cláusulas Décima Quinta e Décima Sexta dos Convênios, a administração dos Aeroportos foi delegada ao Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, a contar da publicação do extrato dos Convênios no Diário Oficial da União (DOU), que ocorreram em 04 de dezembro de 2023, Edição n.º 229. Assim, tem-se que o Estado do Rio Grande do Sul possui a competência para a exploração do Aeroporto de Santo





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				Ângelo e do Aeroporto de Passo Fundo até dezembro de 2058.
				Os respectivos convênios encontram-se disponíveis no data-room informado no site da licitação.
6	6		Como deve ser realizada a apresentação de cada entrega dos itens obrigatórios para receber as outorgas em relação ao patrocínio? Quais são os critérios a serem seguidos?	Esclarecemos que as obras devem ser cumpridas e executadas conforme normativo vigente e obedecendo aos critérios e parâmetros definidos em contrato. As infraestruturas associadas a cada percentual do aporte estão definidas na cláusula 4.22 do Contrato de Concessão, e os procedimentos de avaliação das obras encontram-se regrados nas cláusulas 4.23 e seguintes.
7	7		Quais são os contratos vigentes entre clientes e fornecedores de cada um dos aeroportos? Existe a possibilidade de apresentação antecipada desses contratos pelo data room?	Conforme aviso publicado no dia 26/03/2024 no site da licitação, o data-room foi atualizado com os contratos atuais vigentes.
				Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e todas as obras foram concluídas.
8	8		Qual é o status das obras referenciadas no estudo de engenharia e, se possível, poderíamos obter um relatório fotográfico para comprovação desses avanços?	É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.
				Não há obras em andamento nos aeroportos, exceto instalação do novo PAPI em SBNM, com previsão de término em 23/05/2024.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
9	9		Existem passivos ambientais de qualquer natureza pendentes para resolução pela concessionária?	Os passivos ambientais foram levantados, avaliados e precificados no âmbito dos estudos socioambientais apresentados no EVTEA. O Capítulo 4 dos Estudos Socioambientais apresenta detalhadamente a metodologia empregada para a realização desse levantamento, avaliação de seus riscos, sua valoração, além de um resumo dos resultados. Os passivos identificados foram registrados de forma detalhada em Fichas individuais, disponíveis no Anexo 2- Passivos Socioambientais desse estudo, e apresentam o detalhamento de cada passivo com as respectivas fotos do local, medidas mitigadoras propostas, localização e avaliação das estatísticas deles
10	10		Após a assunção pela concessionária, como serão tratados os possíveis passivos ambientais identificados durante seu período de gestão?	O Contrato de Concessão determina, por meio da Cláusula 5.2.13 que é risco suportado pelo Poder Concedente, que pode ensejar a Revisão Extraordinária, desde que impliquem alteração relevante de custos ou receitas da Concessionária, Custos relacionados aos passivos ambientais que tenham origem e não sejam conhecidos até a data de publicação do Edital.
11	11		Como é tratada a questão do IPTU atualmente para cada um dos aeroportos, e qual é a situação de regularidade cadastral junto aos municípios? Existe alguma abordagem do governo do estado para manter a isenção do IPTU sobre o sítio aeroportuário?	Atualmente não há incidência de IPTU na operação dos Aeroportos pelo Estado do Rio Grande do Sul. Não obstante, Nos termos do Contrato de Concessão, os riscos não alocados expressamente ao Poder Concedente, são de responsabilidade da Concessionária.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
12	12		Em relação às tarifas aeroportuárias, como é realizada a cobrança e arrecadação por parte do governo do estado? Há a possibilidade de sub-rogação do convênio atual (caso exista) com o SUCOTAP-INFRAERO por parte da concessionária?	A arrecadação se dá através do SUCOTAP administrado pela INFRAERO, conforme obrigação prevista no Contrato de Gestão e Operação 011/2022 (SBPF) e 037/2022 (SBNM). Nos contratos de prestação de serviços com o operador atual não há a obrigatoriedade de sub-rogação. Conforme disciplina a Cláusula 2.16 do Contrato de Concessão: <i>“Caberá ao Operador Atual notificar os seus prestadores de serviços de que seus contratos serão rescindidos a partir do 1º (primeiro) mês seguinte ao término do Estágio 2, sendo o responsável pela implementação de todas as medidas necessárias à rescisão dos respectivos contratos.”</i>
13	13		Durante o período de transição operacional, será fornecido um banco de dados ou arquivos correspondentes que contenham o histórico de movimentações dos aeroportos?	O sistema gerencial Hórus do Ministério dos Portos e Aeroportos possui as informações de movimentação desde 2004. Outra fonte de dados, inclusive da aviação geral e por aeroporto são os relatórios de movimentação da INFRAERO que podem ser encontrados no site http://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/
14	14	2.20.1	Seria possível apresentar uma lista detalhada, incluindo descrição e quantidade, dos itens em estoque classificados como não reversíveis nos dois aeroportos em questão, que não estejam listados no apêndice A?	Serão transferidos à concessionária somente os itens listados no apêndice A do Anexo 7 do Contrato - PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL (PTO).





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
15	15	2.20.1	Em relação aos itens reversíveis e não reversíveis em ambos os aeroportos, gostaríamos de solicitar os relatórios e registros de manutenção realizados no ano de 2023, especialmente dos veículos operacionais e dos carros de combate a incêndio, conforme especificado na Instrução de Suplementar (IS) Nº 153.407-001 e a respectiva lista de verificação periódica.	Os dois CAMINHÕES SCANIA - P 440 - AP 02, que garantem a ambos aeroportos a CAT -5, estão em perfeitas condições de funcionamento e conservação. O CCI do aeroporto de Passo Fundo passou recentemente por manutenção, o qual dispõe também de contrato para manutenções preventivas pelo período de 24 meses. A manutenção do CCI de Santo Ângelo foi realizada em julho de 2023.
16	16	2.9.	Os montantes de capex mencionados no anexo 8 do estudo de engenharia para ambos os aeroportos são apenas referenciais?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais. Caberá à futura Concessionária traçar seu próprio projeto e calcular seu CAPEX, tendo em vista os potenciais <i>upsides</i> e riscos percebidos, desde que atenda aos critérios e condições explicitados no Contrato de Concessão. Nestes termos, disciplina o item 1.43.do Edital: “As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados aos Complexos Aeroportuários e à sua exploração, disponibilizados no sítio do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, não apresentando qualquer caráter vinculativo que





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				<i>responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária."</i>
17	17		Considerando o cronograma definido para a realização das intervenções nos sistemas de pistas e pátios, seria viável obter o Índice de Condição de Pavimento (PCI) atual, enviado à ANAC, visto a obrigatoriedade imposta na Subparte J da RBAC 153 a partir da EMD 05, para ambos os aeroportos?	O relatório do Índice de Condição de Pavimento (PCI), do aeroporto de Santo Ângelo foi incluído no data-room da licitação. O relatório PCI de Passo Fundo está disponível no SEI ANAC Nº 00058.006477/2020-95, pelo link: https://www.gov.br/anac/pt-br/sistemas/protocolo-eletronico-sei/pesquisa-publica-de-processos-e-documentos
18	18		Atualmente existem pessoas jurídica ou física ocupando áreas no sítio aeroportuário sem contrato de concessão?	Não há ocupações irregulares nos sítios aeroportuários. No entanto, há ocupações no sítio aeroportuário de Santo Ângelo, documentadas nos Estudos de Engenharia e Afins, caderno II na página 43 e Estudos Ambientais caderno III, nas páginas 68 e 139, disponíveis no data-room, relativas a duas residências cedidas ao Município, na qual residem servidores municipais que prestavam serviço no aeródromo, no âmbito do Acordo de Gestão firmado com o Município de Santo Ângelo. Procede-se a notificação de ambos para desocupação em 120 dias, a qual é de responsabilidade do Poder Concedente, conforme Cláusula 3.1.76 da Minuta de Contrato.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
19	19		Em relação às obrigações estipuladas no anexo 2 (PEA) para a mudança cadastral dos aeroportos para a categoria 3C-IFR dentro de 36 meses após a efetivação do contrato, como as intervenções físicas requeridas, especialmente no Aeroporto de Santo Ângelo, serão conciliadas com a operação atual, considerando a sobreposição do pátio existente e a consequente incompatibilidade operacional?	Caberá à futura Concessionária traçar um plano de operações que concilie as obras com a operação aeroportuária. Reforçamos que a mudança cadastral tem prazo de 36 meses, ou seja, a conversão de categoria, com a consequente alteração de faixa de pista etc., não precisa ocorrer de forma imediata à assinatura do Contrato de Concessão.
20	20	7.8 - Anexo 2	No que se refere ao item obrigatório de alteração cadastral conforme estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), observa-se a ausência de definição em relação ao tipo de operação em VFR ou IFR. Diante disso, no caso específico de Santo Ângelo, ao efetuar a alteração para 3C-VFR, não parece ser necessária uma modificação significativa na faixa de pista, mantendo assim a infraestrutura atual. No entanto, ao proceder com a alteração para 3C-IFR, diversas intervenções prévias ao processo de alteração cadastral se tornam necessárias. Isso inclui a construção e homologação do novo pátio e taxiway, uma vez que o pátio atual seria inviabilizado pela sobreposição com a faixa de pista. Além disso, seria preciso regularizar a faixa de pista através de movimentação de terra e readequação dos dispositivos de drenagem. Essas intervenções, somadas às análises necessárias envolvendo o operador do aeródromo, operador aéreo e os	O item 7.8 do PEA determina que o aeroporto deve ter operação "código de referência de operação "3C"; pista de aproximação de não-precisão, tanto para operações diurnas quanto noturnas". Assim, como não existe caracterização de precisão ou não-precisão para pistas VFR, o contrato trata de operações IFR.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
			municípios dentro do raio de abrangência das superfícies limitadoras, tornam inviável o cumprimento do prazo de 36 meses. Diante desse contexto, qual é a operação requerida no processo de alteração cadastral na categoria 3C?	
21	21	7.8 - Anexo 2	Quanto ao item obrigatório de alteração cadastral conforme estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), verifica-se que o aeroporto de Passo Fundo, de acordo com a Portaria ICA Nº 846/SAGA de 21 de dezembro de 2021, já possui homologação como 3C-IFR. Dessa forma, o requisito previsto no PEA está cumprido. Diante disso, este item pode ser considerado como um reequilíbrio a favor do estado, uma vez que seria um investimento obrigatório a ser realizado pela concessionária. Portanto, solicitamos esclarecimentos sobre como será tratado esse item e outros previstos no PEA que já tenham sido cumpridos até a data de eficácia do contrato.	Itens que já estejam concluídos ou que cadastros que já estejam realizados são potenciais <i>upsides</i> para a futura Concessionária, sem gerar reequilíbrio em favor do Estado.
			Com base nos itens delineados no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) referentes à construção de novos terminais de passageiros, ampliações e reformas, com o objetivo de analisar os processos necessários para a regularização dos mesmos, solicitamos a disponibilização da documentação relativa ao AVCB, alvará de funcionamento e PMOC de ambos os terminais de passageiros. Em caso de necessidade de regularização por parte da concessionária, como será abordado esse tema, considerando as possíveis intervenções que possam ser necessárias para a obtenção dos documentos mencionados, e a manutenção da operação das companhias aéreas em ambos os terminais?	Informamos que não houve obra de novo TPS em SBNM, cujo AVCB encontra-se disponível no data-room da licitação (arquivos DAP). O novo TPS de SBPF tem Alvará e AVCB, disponíveis no data-room da licitação (arquivos DAP).
22	22	5.3 - Anexo 2		





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
23	23		Nos estudos de engenharia afins apresentados para ambos os aeroportos, são mencionados uma série de investimentos propostos que não constam no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA). Esses investimentos têm apenas caráter referencial para os proponentes?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais. Caberá à futura Concessionária traçar seu próprio projeto e calcular seu CAPEX, tendo em vista os potenciais <i>upsides</i> e riscos percebidos, desde que atenda aos critérios e condições explicitados no Contrato de Concessão. Nestes termos, disciplina o item 1.43.do Edital: “As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados aos Complexos Aeroportuários e à sua exploração, disponibilizados no sítio do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, não apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária.”
24	24		No que tange ao retrofit e reabilitação dos sistemas elétricos em ambos os aeroportos, para uma análise mais assertiva, solicito o encaminhamento dos laudos anuais referente aos sistemas elétricos, proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), e SISCEAB.	Os sistemas elétricos estão ativos, protegidos contra descargas atmosféricas sendo que as manutenções periódicas são realizadas por empresas terceirizadas.
25	25		Qual é o método utilizado para calcular a taxa de desconto da tarifa com base na outorga proposta?	A proporção entre o desconto no aporte e o desconto na tarifa de embarque doméstica máxima foi definida de modo a distribuir o valor excedente enxergado pelo





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				proponente, entre o Estado (por meio da redução no valor do aporte pago) e o usuário do aeroporto (por meio da redução na tarifa, com impacto no valor da passagem), sem que haja impactos negativos aos investimentos a serem realizados e ao serviço a ser prestado, remunerado por meio da tarifa destacada.
				A fórmula para o desconto incidente na tarifa em decorrência da proposta econômica está disposta no Modelo nº 3 do Anexo 2 do Edital – Modelos do Edital.
26	26		Com base no Estudo de Engenharia para o Aeroporto de Santo Ângelo, que reporta uma pista de pouso e decolagem com 1.625 metros de comprimento, 30 metros de largura, construída com pavimento flexível e classificada com PCN 35/F/A/X/T, solicita-se a apresentação de estudos, laudos ou projetos assinados que validem o valor do PCN especificado para a pista, taxi e pátio.	O valor adotado no EVTEA foi referente ao PCN apontado na Carta ADC do aeroporto e cadastro pela Portaria SIA No. 3.072/SIA, de 01/10/2019, SEI ANAC 00058.036658/2019-11, disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/sistemas/protocolo-eletronico-sei/pesquisa-publica-de-processos-e-documentos
27	27		O Estudo de Engenharia menciona que a resistência do pavimento do Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Santo Ângelo não foi especificada. Indaga-se se o planejamento financeiro inclui a contratação de serviços de ensaios para determinar o PCN desta área.	Esclarecemos que os valores do CAPEX apresentados consideram os custos relativos à elaboração de projetos para cada obra especificada. Não obstante, os estudos são referenciais e cabe à licitante realizar seus próprios estudos para formulação de eventual proposta na Licitação. Nestes termos, disciplina o item 1.43 do Edital: “As informações, estudos, pesquisas,





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				<i>investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados aos Complexos Aeroportuários e à sua exploração, disponibilizados no sítio do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, não apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária."</i>
28	28		Referente à orientação da UCPPP e ao cronograma de obras para a implementação da Área de Segurança de Extremidade de Pista (RESA) 12, previstas para conclusão até a assinatura do contrato, pergunta-se sobre o atual estado de progresso desta obra.	A RESA do Aeroporto de Santo Ângelo obteve homologação pela ANAC, conforme SEI ANAC 00058.020686/2022-11, disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/sistemas/protocolo-eletronico-sei/pesquisa-publica-de-processos-e-documentos
29	29		O NDB, localizado próximo ao estacionamento de veículos e a cerca de 300 metros da pista, apesar de ativo, está temporariamente inoperante, aguardando inspeção do GEIV. Questiona-se se tal inspeção já foi realizada e se o equipamento já se encontra operacional.	Equipamento desativado e removido do local.
30	30		Conforme planejamento reportado, as obras de instalação dos PAPIs nas duas cabeceiras deveriam ser finalizadas até a assinatura do contrato. Confirma-se a conclusão desta fase do projeto?	Em relação aos PAPIs dos Aeroportos, informamos que: Santo Ângelo: A cabeceira 12 possui equipamento VASIS instalado, homologado e em funcionamento. A cabeceira 30 possui





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				equipamento PAPI TÁTICO locado, homologado e em funcionamento. Está sendo implantado novo PAPI nas duas cabeceras com previsão de término em 23/05/2024, cuja homologação correrá perante a ANAC. Passo Fundo: A cabecera 27 possui equipamento PAPI instalado, homologado e em funcionamento. A cabecera 9 possui equipamento PAPI instalado e em processo de homologação. Nos estudos referenciais da modelagem, para itens instalados foram considerados apenas os custos de manutenção. Não obstante, os estudos são referenciais e cabe à licitante realizar seus próprios estudos para formulação de eventual proposta na Licitação. Nestes termos, disciplina o item 1.43 do Edital: “As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados aos Complexos Aeroportuários e à sua exploração, disponibilizados no sítio do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da
31	31		Diante da observação de que os equipamentos de auxílio visual são antigos e apresentam sinais de deterioração, embora funcionais, questiona-se se o plano de investimentos prevê a substituição ou somente a manutenção desses sistemas.	





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				<i>Concessão, não apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária."</i>
32	32		Relatou-se que a via de acesso ao SESCINC está em condições inadequadas. Pergunta-se qual nível de manutenção está previsto para esta via no planejamento financeiro.	Esclarecemos que o EVTEA propõe a demolição da via para implantação do novo pátio de estacionamento de aeronaves. Logo, custos relativos a essa via não foram considerados no CAPEX proposto no EVTEA. No entanto, destacamos o caráter referencial do projeto, que não vincula o certame ao layout aeroportuário projetado, apenas ao atendimento das cláusulas previstas no contrato e seus anexos.
33	33		Sobre a equipe do SESCINC, composta por 8 colaboradores em regime de revezamento, deseja-se saber se a equipe é formada por funcionários diretos ou terceirizados e como isso está categorizado na análise de despesas operacionais.	Esclarecemos que, para fins de modelagem financeira, considera-se que a totalidade da equipe de SESCINC é composta por funcionários diretos. No entanto, ressalta-se que a modelagem é referencial, e o concessionário terá liberdade para prestar os serviços da forma que entender mais pertinente, seja por contratação direta, terceirização ou convênios, desde que respeite o determinado no RBAC 153 e mantenha CAT 1 ou superior para o Aeroporto de Santo Ângelo ao longo de toda a vigência do contrato.
34	34		Considerando que a energia elétrica para o aeroporto é fornecida pela RGE, pergunta-se se os custos com energia são compartilhados entre os cessionários.	Sim, a RGE emite uma única cobrança e o custo é rateado entre os cessionários.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
35	35		A respeito da observação de que a iluminação do pátio é insuficiente, questiona-se se há planos para um retrofit da iluminação, incluindo atualizações de SPDA, disjuntores e refletores.	O EVTEA referencial inclui CAPEX relativo tanto à instalação de sistema de iluminação no novo pátio de aeronaves, quanto a ampliação do sistema de iluminação no pátio existente. Não obstante, os estudos são referenciais e cabe à licitante realizar seus próprios estudos para formulação de eventual proposta na Licitação. Nestes termos, disciplina o item 1.43 do Edital: “As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados aos Complexos Aeroportuários e à sua exploração, disponibilizados no sítio do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, não apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária.”
36	36		Diante da falta de autorização oficial para o uso do poço e a identificação deste como um passivo ambiental, indaga-se sobre as alternativas de abastecimento de água até a regularização da situação.	Conforme estabelece a Portaria SEMA nº 110/2018, os processos de cadastro e solicitação de outorga de uso de recursos hídricos deverão ser realizados por meio do SIOUT RS, sistema on-line utilizado para os procedimentos administrativos relacionados ao uso dos recursos hídricos sob a gestão do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com artigo 2º da Resolução CRH Nº 402/2022, de 11 de fevereiro de 2022, os poços tubulares



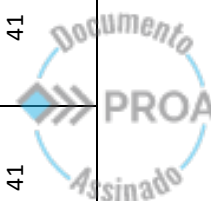


Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				cadastrados no SIOUT RS até 31.12.2025, receberão o Comprovante de Cadastro de Uso da Água - SIOUT 0003 ou SIOUT 0002, que regularizará provisoriamente a captação até 31.12.2026. Neste período de regularidade provisória, o usuário deverá instruir seu processo de obtenção ou dispensa de outorga para fins de regularização definitiva, dentro do prazo de um ano após seu cadastramento. Não obstante, conforme cláusula 3.1.22 do contrato, é dever da concessionária arcar com todos os custos de energia elétrica, de água, e todas as utilidades incidentes sobre os Aeroportos, bem como todos os tributos que vierem a incidir sobre suas atividades. Outrossim, cabe à licitante realizar seus próprios estudos para a formulação da proposta na Licitação.
37	37		Sobre o reservatório elevado de 15 m³ e a ausência de uma bomba de nível em operação, pergunta-se se existe um plano para resolver estas questões no planejamento financeiro.	De acordo com o EVTEA, cabe esclarecer que o reservatório em questão está localizado sobre a casa de força, e devido a esse risco elétrico, foi recomendada como diretriz de correção a sua inutilização. Para tanto, no planejamento financeiro foi considerada a instalação de um novo reservatório de água para atender a demanda de consumo e tratar o passivo (P04). Os custos estimados estão disponíveis na planilha de CAPEX da





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				Engenharia, especificamente no item D09 – Sistema de Infraestrutura.
38	38		Considerando a ausência de um Plano de Gerenciamento de Efluentes (PGE) e um sistema de tratamento rudimentar, questiona-se se existe algum laudo que assegure o funcionamento adequado do sistema de fossas segundo os padrões exigidos.	Não há registros sobre a conformidade solicitada.
39	39		A respeito da recomendação de instalação de uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) para melhor eficiência operacional e impacto ambiental, pergunta-se se a implementação desta estrutura foi contemplada no planejamento financeiro.	Esclarecemos que os custos estimados para a instalação de uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) foram considerados no estudo e estão disponíveis na planilha de CAPEX da Engenharia, especificamente no item D09 – Sistema de Infraestrutura.
40	40		Com base na informação de que os resíduos comuns são coletados pela prefeitura, mas há um custo de destinação no estudo, indaga-se sobre planos ou negociações para a continuidade ou alteração deste serviço.	Cabe esclarecer que os custos estimados para o gerenciamento de resíduos previram, de forma conservadora, a necessidade de contratação de empresas específicas para a coleta e tratamento de resíduos. Porém, caberá ao futuro operador avaliar a melhor opção técnica e realizar negociações necessárias com entes privados ou públicos para essa gestão.
41	41		Quanto ao sistema de monitoramento por TV, deseja-se saber se o sistema é próprio, alugado ou em comodato, e qual será seu destino após a transição para a nova gestão.	O sistema de monitoramento por TV é de propriedade da SELT e deverá permanecer ativo sob a responsabilidade do novo gestor.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
42	42		Em relação aos tanques de armazenamento de combustível para aviação não conformes com a NBR 7500, questiona-se se passivos relacionados a terceiros serão responsabilidade do governo.	Cabe esclarecer que a metodologia aplicada para o levantamento de passivos socioambientais considerou a origem e responsabilidade de recuperação dos danos, sendo atribuída à Administração Local (AL) aqueles passivos cujo administrador aeroportuário foi o provável causador do passivo, ou quando avaliado que ele é o responsável por realizá-la, e atribuído aos Terceiros (T) aqueles passivos cuja origem e/ou responsabilidade em sua recuperação são de atribuição de terceiros. Com relação ao passivo vinculado aos tanques de armazenamento de combustível para aviação não conformes com a NBR 7500, cabe elucidar que são não-conformidades levantadas de responsabilidade de cessionária terceira, portanto não são de responsabilidade do Poder Concedente. Porém, o novo administrador deverá acompanhar a recuperação desses passivos com seus cessionários, por meio da gestão de terceiros, de forma a garantir sua recuperação e/ou monitoramento, evitando seu abandono e futuros impactos ambientais. O registro foi feito durante visita técnica realizada à época de elaboração do EVTEA, não sendo encontradas menções do problema nos relatórios dos órgãos reguladores durante esse período. Reforçamos que cabe ao interessado realizar a própria visita técnica e averiguar
43	43		Tendo em vista que a visibilidade da Cabeceira 30 é obstruída a partir da área de combate a incêndio, pergunta-se se há registros formais desta condição.	





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				potenciais não-conformidades, incluindo-as em seu plano de viabilidade próprio, caso necessário.
44	44		Dado o uso de diretrizes de edições anteriores da ADRM para avaliação de capacidade, indaga-se sobre a possibilidade de atualização para a 12ª Edição da ADRM.	Esclarecemos que, por contrato, a futura Concessionária deve seguir a regulamentação vigente durante a concessão, utilizando, para efeitos de dimensionamento, os parâmetros explicitados no Anexo 2 do Contrato de Concessão.
45	45		Sobre as áreas com solo exposto e carreamento severo identificadas, questiona-se se estas condições foram corrigidas pelo operador atual ou se constituirão um compromisso para a concessionária.	Essas áreas constituirão um compromisso para a concessionária, devidamente identificadas como passivos e precificadas nos estudos.
46	46		Considerando a inadequação do sistema de drenagem pluvial em certas áreas, pergunta-se se a complementação deste sistema é um compromisso da concessionária e se existem projetos base para esta finalidade.	Esclarecemos que cabe à Licitante verificar as condições atuais dos Aeroportos e avaliar as intervenções que entender necessárias para o atendimento às disposições contratuais. Outrossim, é risco da futura concessionária, conforme cláusula 5.3.7 do contrato, os investimentos, custos ou despesas adicionais necessárias para o atendimento do PEA ou de quaisquer das obrigações contratuais, do nível de serviço estabelecido e da qualidade na prestação dos serviços previstos no Contrato.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
47	47		Acerca da ausência de um sistema para conter drenagem oleosa, deseja-se saber se a implantação de um CSAO interligado ao sistema existente é uma obrigação da concessionária.	Não há obrigação legal de implantação da CSAO, desde que os efluentes advindos dos Sistemas de pátios e Pistas estejam de acordo com os parâmetros previstos em legislação vigente.
48	48		Relativo ao estabelecimento de uma área para efluentes sanitários das aeronaves, questiona-se se este sistema deve ser conectado ao sistema de fossas existente e se é responsabilidade da concessionária.	O futuro concessionário será responsável e terá liberdade para avaliar as necessidades e propor diferentes soluções técnicas para a resolução das não conformidades identificadas no EVTEA. Apesar dessa liberdade, o estudo apresenta proposições de tratamento de efluentes, que poderão ou não ser adotadas pelo futuro concessionário.
49	49		Em relação às residências localizadas dentro das Curvas de Ruído, pergunta-se se estarão desocupadas até o início do Plano de Transição Operacional.	Os usuários das residências instaladas dentro das Curvas de Ruído no aeroporto de Santo Ângelo foram notificados conforme expediente administrativo Nº 21/1800-0000769-1 visando a imediata desocupação dos imóveis. Em relação ao aeroporto de Passo Fundo não há residências instaladas dentro das Curvas de Ruído.
50	50		Conforme indicado no Estudo de Engenharia – Caderno II, referente ao Aeroporto de Passo Fundo, planejou-se a execução de obras de ajuste na cerca patrimonial do aeroporto, com a conclusão antecipada antes da assinatura do contrato prevista para dezembro de 2023. Essas não conformidades foram corrigidas durante as obras, conforme previsto pelo Estudo de Engenharia e afins – Caderno II?	A implantação da cerca patrimonial foi concluída em outubro de 2022.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
51	51		Até a data de emissão do estudo, constatou-se no Portal AGA que o Aeroporto em análise não dispõe de um Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) aprovado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). O processo de aprovação do Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) foi iniciado?	Os planos de proteção, PBZPA E PZPANA estão atualizados e disponíveis no Portal AGA.
52	52		A pista de pouso e decolagem de Passo Fundo, com suas dimensões de 1.700 metros de comprimento por 30 metros de largura, construída em pavimento flexível e com classificação de resistência estrutural PCN 29/F/A/X/T, possui estudo comprobatório assinado por um responsável técnico?	O valor adotado no EVTEA foi referente ao PCN apontado na Carta ADC do aeroporto. O valor adotado no EVTEA foi referente ao PCN apontado na Carta ADC do aeroporto. Após a restauração da PPD, o comprimento da PPD ficou 1680 m e 30 m de largura. O PCN determinado através de cálculo numérico ficou estabelecido em: ASPH 36/F/B/W/T. Nos expedientes SEI Nº 00058.041616/2020 e Nº 00058.013372/2022-54 tramitaram os documentos referente às obras de ampliação e da alteração cadastral do aeroporto de Passo Fundo. Processos SEI disponíveis em:





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				https://www.gov.br/anac/pt-br/sistemas/protocolo-eletronico-sei/pesquisa-publica-de-processos-e-documentos
53	53		De acordo com o Estudo de Engenharia e afins do Aeroporto de Passo Fundo, durante a inspeção in loco da infraestrutura aeronáutica, o aeroporto estava temporariamente fechado devido a obras de expansão. Devido às obras em andamento, algumas estruturas relacionadas à infraestrutura aeronáutica foram alteradas, o que impossibilitou a obtenção de informações completas sobre o estado dessas estruturas em datas anteriores às visitas. Será emitido um relatório atualizado após a conclusão das obras?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e todas as obras foram concluídas. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, conforme Edital, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta. Não há obras em andamento nos aeroportos, exceto instalação do novo PAPI em SBNM, com previsão de término em 23/05/2024.
54	54		Conforme o Estudo de Engenharia e afins, para o Aeroporto de Passo Fundo, o sistema meteorológico do aeroporto inclui uma Estação Meteorológica de Superfície Classe 3 (EMS-3) com um local meteorológico principal e uma torre com anemômetro, propriedade da empresa responsável pela Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA). A manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos ficará a cargo da entidade operadora?	Esclarecemos que as regras relativas ao serviço EPTA estão dispostas nos itens 3.2 a 3.4 do PEA. Os serviços destinados a apoiar e garantir segurança à navegação aérea em área de tráfego aéreo dos Aeroportos são de competência do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), incluindo-se a manutenção dos equipamentos da EPTA.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
55	55		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, para o Aeroporto de Passo Fundo, o VOR localiza-se dentro dos limites do sítio aeroportuário, próximo à cabeceira 09, a uma distância aproximada de 330 metros da cabeceira e a cerca de 115 metros do eixo da Pista de Pouso e Decolagem (PPD). Este equipamento, gerenciado pela empresa responsável pela Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) (MVS), e atualmente fora de operação aguardando reparo, não está recebendo energia. O equipamento foi reparado e energizado após as obras?	O equipamento foi desativado. Aguardando orientações do DECEA/Cindacta sobre a propriedade do equipamento para remoção.
56	56		Conforme o Estudo de Engenharia e afins, para o Aeroporto de Passo Fundo, durante a vistoria, o farol rotativo estava desenergizado, mas estava prevista sua alimentação em baixa tensão (220 V) a partir do painel de distribuição da Central Única de Telecomunicações (CUT), com acionamento por meio de um relé fotoelétrico. Esse serviço foi executado?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e estão atualizados conforme a situação atual dos Aeroportos. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.
57	57		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, para o Aeroporto de Passo Fundo, estava planejada a instalação do sistema de acionamento e controle na Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), por meio de uma chave seletora manual, ao término da obra. Esse serviço foi concluído?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e estão atualizados conforme a situação atual dos Aeroportos. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
58	58		Conforme o Estudo de Engenharia e afins, para o Aeroporto de Passo Fundo, as luminárias estão instaladas em bases de concreto conectadas às caixas de junção da rede de balizamento. Estas são alimentadas alternadamente por dois circuitos principais de balizamento provenientes da Central Única de Telecomunicações (CUT), cada um conectado ao seu respectivo Regulador de Corrente Constante (RCC). O acionamento e controle da intensidade luminosa das luzes são realizados diretamente nos RCCs. Estava prevista a instalação do sistema de acionamento e controle na Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), por meio de uma chave seletora manual, após a conclusão da obra. Este serviço foi realizado?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e estão atualizados conforme a situação atual dos Aeroportos. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.
59	59		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, para o Aeroporto de Passo Fundo, os painéis não recebem alimentação elétrica. Estava prevista a instalação dos painéis na nova pista de taxi que conecta ao novo pátio, sendo alimentados pelos mesmos circuitos principais de balizamento que fornecem energia para as luzes de borda das taxiways e da PPD. Este serviço foi realizado?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e estão atualizados conforme a situação atual dos Aeroportos. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
60	60		Conforme o Estudo de Engenharia e afins, para o Aeroporto de Passo Fundo, após a conclusão da obra, o controle remoto dos outros auxílios visuais será realizado manualmente, utilizando chaves seletoras localizadas em um painel de controle na Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), para ligar e desligar os equipamentos (farol rotativo e balizamento). As chaves responsáveis pelo sistema de balizamento luminoso também serão utilizadas para selecionar a intensidade luminosa das luzes, oferecendo 5 níveis de brilho. Este serviço foi realizado?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e estão atualizados conforme a situação atual dos Aeroportos. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.
61	61		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, para o Aeroporto de Passo Fundo, está previsto que a Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) seja alimentada pela Central Única de Telecomunicações (CUT) ao término da obra. Este serviço foi realizado?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e estão atualizados conforme a situação atual dos Aeroportos. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
62	62		De acordo com o Estudo de Engenharia e afins referente ao Aeroporto de Passo Fundo, não existe uma instalação dedicada ao processamento de carga no local. As cargas de porão recebidas no aeroporto são encaminhadas para uma instalação de processamento de carga externa, situada fora do perímetro aeroportuário, por meio de um caminhão pertencente a uma empresa terceirizada responsável pelo transporte. Poderia informar a localização dessa instalação de processamento externa?	Esclarecemos que, conforme disposto em contrato, o objeto da concessão limita-se ao sítio aeroportuário, portanto, dada a ausência de instalação de processamento de carga, o EVTEA propõe sua construção dentro do sítio aeroportuário. Áreas fora do sítio fogem do escopo do EVTEA e, portanto, não foram abordadas no estudo.
63	63		Conforme mencionado no Estudo de Engenharia e afins, estava programada a instalação de um novo ponto de entrada de energia nas proximidades da Central Única de Telecomunicações (CUT) no Aeroporto de Passo Fundo, após a conclusão das obras de expansão programadas para dezembro de 2021. Este serviço foi concluído?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e todas as obras foram concluídas. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.
64	64		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, estava previsto que, após a conclusão das obras no Aeroporto de Passo Fundo, toda a energia necessária para o funcionamento do aeroporto seria fornecida pela Central Única de Telecomunicações (CUT) e distribuída em média tensão (13,8 kV) a partir de um painel interno. Este serviço foi realizado?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e todas as obras foram concluídas. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
65	65		Conforme o Estudo de Engenharia e afins para o Aeroporto de Passo Fundo, existem três poços de captação no local, mas apenas um está em funcionamento. A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) assumiu recentemente a gestão desses poços, e o terceiro foi instalado recentemente pela própria empresa pública concedente. Antes da concessão, os poços podem fornecer água para um reservatório de uso público?	Os poços de abastecimento estão sob a gestão da CORSAN, conforme Of. 016-2022 – DEOM/PLA, que incluiu no data-room da licitação (Arquivos DAP) É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.
66	66		Como descrito no Estudo de Engenharia e afins, existem três poços de captação na área patrimonial do Aeroporto de Passo Fundo, porém apenas um está operacional. Dois destes poços são antigos e um foi danificado durante as obras de expansão, enquanto o terceiro, recentemente instalado pela CORSAN, ainda não está em funcionamento. O poço danificado foi reparado?	Até a data da visita técnica realizada no aeroporto, o poço danificado não havia sido reparado, sendo registrado como passivos P08 e P09 na Ficha 07 (F07). Cabe informar que a precificação para o tratamento desses passivos foi incorporada ao modelo financeiro do EVTEA.
67	67		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, no Aeroporto de Passo Fundo, os poços existentes não possuem licença para o uso da água e não contam com uma área de proteção definida, aumentando o risco de vandalismo e contaminação. Até que a situação seja regularizada, é possível utilizar esses poços para abastecer um reservatório para uso público?	Os poços de abastecimento estão sob a gestão da CORSAN, conforme Of. 016-2022 – DEOM/PLA, que foi incluído no data-room da licitação (Arquivos DAP) É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
68	68		Conforme o Estudo de Engenharia e afins, o Aeroporto de Passo Fundo não possui um local designado para o fornecimento de água potável destinado ao abastecimento de veículos de apoio às aeronaves?	A ausência de Ponto de Fornecimento de água potável destinado ao abastecimento de veículos de apoio às aeronaves foi considerada nesse estudo como passivo socioambiental de irregularidades físicas, sendo precificado e incluso no CAPEX de Engenharia do EVTEA, especificamente no Item D11 Passivos Ambientais – Irregularidades Físicas. Para o Aeroporto de Passo Fundo, esse passivo está registrado na Ficha 09 (F09) sob código P010, disponível no SBPF_Ambiental_Anexo 2 – Passivos Socioambientais_2.00, e para o Aeroporto de Santo Ângelo está registrado na Ficha 08 (F08), sob código P09 (disponível no anexo “SBNM_Ambiental_Anexo 2 – Passivos Socioambientais_2.00”).
69	69		De acordo com o Estudo de Engenharia e afins, o Aeroporto de Passo Fundo não possui um Plano de Gerenciamento de Efluentes. O esgoto é tratado por um sistema autônomo, sob responsabilidade da administração do aeroporto, dado que não existe uma rede pública de coleta de efluentes nas proximidades. Existe algum laudo comprobatório de que o descarte está dentro dos parâmetros normativos?	A Licença de Operação - LO do Aeroporto de Passo Fundo, emitida pela FEPAM, não contempla a necessidade de Plano de Gerenciamento de Efluentes. Entretanto, prevê que o Sistema de Esgoto Sanitário instalado deverá receber manutenção das unidades de tratamento em frequência adequada e que a limpeza das fossas sépticas deverão ser realizadas por empresas devidamente licenciadas com LO em vigor e apresentação dos MTRs das manutenções à FEPAM.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
70	70		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, no Aeroporto de Passo Fundo, os resíduos líquidos são coletados e direcionados a sistemas individuais de fossas sépticas e sumidouros. Entretanto, não há infraestrutura para manejo dos resíduos provenientes das aeronaves. O Capex contemplou a solução para essa questão?	A ausência de estrutura para recebimento de efluentes sanitários provenientes das aeronaves (cloaca) foi considerada nesse estudo como passivo socioambiental de irregularidades físicas, sendo precificada e inclusa no CAPEX de Engenharia deste EVTEA, especificamente no Item D11 Passivos Ambientais – Irregularidades Físicas. Para o Aeroporto de Passo Fundo esse passivo está registrado na Ficha 07 (F07) sob código P07 disponível no SBPF_Ambiental_Anexo 2 – Passivos Socioambientais_2.00 e para o Aeroporto de Santo Ângelo está registrado na Ficha 09 (F07) sob código P11 (disponível no anexo “SBNM_Ambiental_Anexo 2 – Passivos Socioambientais_2.00”).
71	71		Conforme o Estudo de Engenharia e afins, foram identificados poços de monitoramento no Aeroporto de Passo Fundo que requerem proteção, situação essa classificada como um passivo socioambiental. Foi disponibilizado algum laudo de avaliação preliminar?	Os poços de monitoramento em questão são de responsabilidade da cessionária Raízen. Não foram disponibilizados laudos de avaliação preliminar dessa área, porém essas informações estão disponíveis diretamente no Sistema Sol da FEPAM. Os números de processos sob responsabilidade da empresa Raízen foram disponibilizados no Quadro 2.7 nos Estudos Socioambientais.
72	72		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, não existe no Aeroporto de Passo Fundo uma sala dedicada ao processamento e	Esclarecemos que o layout de TPS proposto no EVTEA e utilizado como base para o CAPEX está mostrado nas plantas baixas do TPS propostas, que podem ser





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
			distribuição de dados e voz para telecomunicações. Esta questão foi abordada no Capex?	encontradas no <i>dataroom</i> disponibilizado, na pasta "02 Plantas", dentro da pasta de Estudos de Engenharia e Afins.
73	73		De acordo com o Estudo de Engenharia e afins, o sistema atual de drenagem pluvial do Aeroporto de Passo Fundo necessita de melhorias. Foi contemplado no Capex a resolução deste problema? Existe um projeto para a implementação dessa melhoria?	A inadequação do sistema de drenagem pluvial do Aeroporto de Passo Fundo foi considerada como um passivo socioambiental de irregularidade física no EVTEA, sendo registrado sob código P02, na Ficha 02 (F02) do Anexo SBPF_Ambiental_Anexo 2 – Passivos Socioambientais_2.00. Sua correção foi precificada e incorporada no CAPEX de Engenharia do estudo, especificamente no Item D11 Passivos Ambientais – Irregularidades Físicas.
74	74		Conforme observado durante a visita técnica mencionada no Estudo de Engenharia e afins, a área próxima à cabeceira 27 do aeroporto de Passo Fundo, foi utilizada para o descarte de materiais das obras em andamento no Aeroporto de Passo Fundo. Foi considerada no Capex a resolução deste problema?	A área próxima à cabeceira 27 foi utilizada como bota fora de solo das obras, ou seja, não há resíduos no local. Apesar do local estar compactado, foram observadas rachaduras no solo e alguns pequenos caminhos (sulcos) por onde as águas pluviais estão percorrendo. Não há canaletas de drenagem pluvial no local. Para a solução dos problemas relatados acima, foi prevista a implantação de sistema de drenagem na área, recomposição das áreas erodidas com aterramento e revegetação com gramineas, cujos custos estão devidamente orçados e inclusos no modelo financeiro.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
75	75		Segundo o Estudo de Engenharia e afins, a ausência de um sistema de indicação de precisão de trajetória de aproximação limita as operações de pouso na cabeceira 26 do Aeroporto de Passo Fundo. A substituição dos sistemas VASIS pelos mais modernos PAPIs estava prevista. Este serviço foi concluído?	Em relação aos PAPIs dos Aeroportos, informamos que: Santo Ângelo: A cabeceira 12 possui equipamento VASIS instalado, homologado e em funcionamento. A cabeceira 30 possui equipamento PAPI TÁTICO locado, homologado e em funcionamento. Está sendo implantado novo PAPI nas duas cabeceiras com previsão de término em 23/05/2024, cuja homologação correrá perante a ANAC. Passo Fundo: A cabeceira 27 possui equipamento PAPI instalado, homologado e em funcionamento. A cabeceira 9 possui equipamento PAPI instalado e em processo de homologação.
76	76		De acordo com o Estudo de Engenharia e afins, o arranjo físico atual do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Passo Fundo não atende à demanda de 2019. Um novo terminal estava em construção para incluir novas áreas de processamento de passageiros. Esta obra foi finalizada?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e todas as obras foram concluídas. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
77	77		Conforme o Estudo Ambiental e afins, as obras em andamento no Aeroporto de Passo Fundo estão licenciadas sob o número LIA 00049/2021. Existem condicionantes pendentes de atendimento relativas à obra?	Com relação ao previsto na LIA 00049/2021, não há pendências relativas as obras de ampliação e modernização do aeroporto de Passo Fundo.
78	78		Segundo o Estudo Ambiental e afins, foi identificada a falta de cumprimento da compensação florestal, atribuída ao Poder Concedente. A FEPAM emitiu um Termo de Regularidade indicando que as ações para cumprir a Reposição Florestal Obrigatória estavam em andamento até 05 de abril de 2022. Qual é o status atual dessa recomposição?	A Reposição Florestal Obrigatória está em andamento conforme Processo nº 0033040567245 protocolada no Sistema Sol da FEPAM/SEMA (http://www.licenciamentoambiental.rs.gov.br/html/sol)
79	79		De acordo com o Estudo Ambiental e demais documentos relacionados ao aeroporto de Passo Fundo, foi identificado um passivo decorrente da não execução da compensação florestal exigida, atribuído ao Poder Concedente. Cabe destacar que, em 5 de abril de 2022, a FEPAM emitiu um Termo de Regularidade para o empreendedor, designado como TERREG nº 05/2022, que sinaliza o progresso nas ações destinadas à Reposição Florestal Obrigatória até essa data. Pode-se informar o status atual dessa recomposição?	A Reposição Florestal Obrigatória está em andamento conforme Processo nº 0033040567245 protocolada no Sistema Sol da FEPAM/SEMA (http://www.licenciamentoambiental.rs.gov.br/html/sol).





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
80	80		Conforme mencionado no Relatório de Vistoria nº 46/2018-DISA, o operador atual reportou que a área situada entre o aeroporto e a Brigada Militar foi designada como Área de Reserva Legal. Essa área foi devidamente incorporada no zoneamento funcional do Aeroporto?	No EVTEA não foram identificadas Áreas de Reserva Legal no interior do aeroporto, apenas a menção no Relatório de Vistoria nº 46/2018-DISA que entre o aeroporto e a Brigada Militar foi designada como Área de Reserva Legal, ou seja, área externa ao sítio.
81	81		O Estudo Ambiental aponta que a maior parte do uso do solo no Aeroporto de Passo Fundo consiste em solo exposto, representando 66,21% da área total do sítio aeroportuário. Esta condição é consequência das obras de expansão em curso, que incluem etapas de terraplanagem, acompanhadas por um processo de revegetação. Esse processo de revegetação foi finalizado?	Os estudos que embasaram a presente licitação são referenciais e todas as obras foram concluídas. É possibilitada aos interessados a visita aos aeroportos para verificações, cabendo a estes realizar seus próprios estudos para elaboração da proposta.
82	82		Durante a visita técnica mencionada no Estudo Ambiental, foi relatado um incidente de colisão com um javali, ressaltando a presença de áreas extensas do aeroporto com cercamento operacional deficiente. Existe uma área adjacente ao aeroporto com presença conhecida de população de javalis?	Atualmente, há um Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali implementado, no qual Passo Fundo está entre os municípios com registros de javalis, porém sua população no município não é conhecida.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
83	83		Relatado no Estudo Ambiental do aeroporto de Passo Fundo, anteriormente à instalação do Parque de Abastecimento (PAA) em 1997, o aeroporto operava com um tanque subterrâneo de 10.000 litros para armazenamento de AVGAs destinado ao abastecimento das aeronaves. A remoção desse tanque não foi concluída. Em uma iniciativa conjunta, a Raízen comprometeu-se a retirar este equipamento, iniciativa está em processo na FEPAM sob o número SOL 96973. Qual é o status mais recente deste procedimento?	O tanque subterrâneo de armazenamento de AVGAs da Raízen foi removido, a área foi recuperada e existe um monitoramento ambiental do local onde o tanque estava instalado.
84	84		Conforme o Estudo Ambiental e documentos relacionados ao aeroporto de Passo Fundo, foi concedida autorização para o corte de vegetação visando a expansão do aeroporto, com a condição de que se realizasse a recomposição florestal subsequente. Até o momento, essa recomposição não foi efetuada, com a responsabilidade recaindo sobre o Estado. Haverá alguma ação para equacionar passivos ambientais pendentes não resolvidos?	A Reposição Florestal Obrigatória está em andamento conforme Processo nº 0033040567245 protocolada no Sistema Sol da FEPAM/SEMA (http://www.licenciamentoambiental.rs.gov.br/html/sol).
85	85		Os encargos trabalhistas dos colaboradores Orgânicos são de responsabilidade do Estado, assim como suas rescisões e futuros processos trabalhistas?	Nos termos da Cláusula 5.2.11 do Contrato de Concessão, é risco suportado pelo Poder Concedente, os custos relacionados aos passivos decorrentes das relações trabalhistas anteriores à data de transferência do contrato





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				de trabalho, tenham sido ou não objeto de reclamação judicial, incluindo os encargos previdenciários.
86	86		No período de transição, como serão divididas as despesas, custas, receita e outorga variável?	As cláusulas 2.14 e seguintes do Contrato de Concessão, tratam da divisão e/ou responsabilidade pelos custos, despesas e receitas durante o período de transição. O entendimento não está correto. Novos contratos ou aditivos de prorrogação poderão ser formalizados, mas somente quando necessários e por tempo suficiente à continuidade dos serviços até a efetiva assunção/transição e decisão por eventual sub-rogação pela concessionária.
87	87		Entende-se que no período entre a publicação do presente Edital e da adjudicação da licitante vencedora, não serão celebrados novos contratos e/ou aditivos pelo operador atual. Nosso entendimento está correto?	De outra forma, conforme a cláusula 3.1.11, a partir da assinatura do Contrato de Concessão, a celebração de novos contratos, bem como a renovação e/ou aditamento de contratos existentes entre o Operador Atual e terceiros para contratação de serviços ou autorização de atividades comerciais, deverão ser encaminhados para aprovação da Concessionária. Outrossim, não serão sub-rogados os contratos celebrados pelo Operador Atual em desacordo com o Contrato de Concessão.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
88	88		Em relação as várias áreas de terceiros ocupadas pelos Aeroportos, entende-se que existem autorizações e/ou quaisquer documentos que autorizem a ocupação destas áreas. Nosso entendimento está correto?	Não há ocupações irregulares nos sítios aeroportuários. No entanto, há ocupações no sítio aeroportuário de Santo Ângelo, documentadas nos Estudos de engenharia e Afins, caderno II na página 43 e Estudos Ambientais caderno III, nas páginas 68 e 139, disponíveis no data-room, relativas a duas residências cedidas ao Município, na qual residem servidores municipais que prestavam serviço no aeródromo, no âmbito do Acordo de Gestão firmado com o Município de Santo Ângelo. Procedeu-se a notificação de ambos para desocupação em 120 dias, a qual é de responsabilidade do Poder Concedente, conforme Cláusula 3.1.76 da Minuta de Contrato.
89	89		Quanto aos serviços destinados a apolar e garantir segurança à navegação aérea em área de tráfego aéreo dos Aeroportos, nos termos do que dispõe o Item 3.2 do Anexo 02 – PEA, estes não estão inseridos na Concessão, sendo atribuição exclusiva do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), inclusive quando prestados por meio da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas e de Tráfego Aéreo (EPTA), a aquisição, instalação, operação e manutenção dos equipamentos relacionados aos serviços e facilidades. Neste sentido, entende-se que também o DECEA será responsável pelos custos relacionados aos serviços prestados, tais como energia elétrica, equipamentos, infraestrutura, pessoal, dentre outros. Nosso entendimento está correto?	No aeroporto de Passo Fundo os serviços da EPTA são prestados por um concessionário que loca espaços dentro da área do antigo terminal, sendo responsável pela contratação de pessoal, fornecimento e manutenção dos equipamentos, como também responsável pela energia consumida.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
90	90		Entende-se que todas as áreas dos Aeroportos serão disponibilizadas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, sendo certo que, em caso de dificuldade de ocupação das áreas, o poder concedente se responsabilizará pelas perdas de receitas da futura concessão, bem como pela liberação da área. Nosso entendimento está correto?	O entendimento está correto, desde que observado os procedimentos de sub-rogação dos contratos atuais dispostos na minuta do contrato de concessão. Não obstante, será dever da concessionária manter a integridade da área dos Aeroportos, inclusive adotando as providências necessárias à desocupação das áreas dos sítios aeroportuários ocupadas por terceiros, exceto pelas ocupações já existentes antes da Data de Eficácia, que ficarão a cargo do Poder Concedente; Ainda, constitui risco da concessionária os custos decorrentes das desocupações dos sítios aeroportuários referidas no item 3.1.76, bem como de eventuais reassentamentos e realocações.
91	91		Entende-se que os Aeroportos estão com as licenças ambientais perante a CETESB totalmente regularizadas. Nosso entendimento está correto?	Atualmente ambos os aeroportos se encontram operacionalmente regulares, dispondo de Licenças de Operação emitidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM). O aeroporto de Passo Fundo possui a LO nº 3140/2021, válida até 22/12/2026, e apenas o Aeroporto de Santo Ângelo possui Licença de regularização, a LOREG nº 03117/2022, válida até 11/09/2027. O detalhamento da regularidade ambiental dos aeroportos está apresentado no Caderno de Estudos





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				Socioambientais (SBNM_Estudos Ambientais_3.00 e SBPF_Estudos Ambientais_3.00), especificamente no Capítulo 2 e as licenças disponibilizadas no SBPF_Ambiental_Anexo 1 – Regularidade Ambiental_2.00 e SBNM_Ambiental_Anexo 1 – Regularidade Ambiental_2.00.
92	92		Caso haja necessidade de compensação e/ou regularização de passivos ambientais oriundos do poder concedente, estes custos foram considerados no PEA?	Por se tratar de passivos de origem de terceiros, os custos de regularização de passivos ambientais de responsabilidade do poder concedente não foram considerados no PEA.
93	93		Há licenças ambientais de operação de regularização (LOR) em andamento? Serão todas revisadas e atualizadas antes da licitação?	Atualmente ambos os aeroportos se encontram operacionalmente regulares, dispondo de Licenças de Operação emitidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM). O aeroporto de Passo Fundo possui a LO nº 3140/2021, válida até 22/12/2026, e apenas o Aeroporto de Santo Ângelo possui Licença de regularização, a LOREG nº 03117/2022, válida até 11/09/2027. O detalhamento da regularidade ambiental dos aeroportos está apresentado no Caderno de Estudos





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				Socioambientais (SBNM_Estudos Ambientais_3.00 e SBPF_Estudos Ambientais_3.00), especificamente no Capítulo 2 e as licenças disponibilizadas no SBPF_Ambiental_Anexo 1 – Regularidade Ambiental_2.00 e SBNM_Ambiental_Anexo 1 – Regularidade Ambiental_2.00.
94	94		Entende-se que todos os documentos referentes aos projetos, planos, plantas de cadastros protocoladas, cartas e mapas, serão disponibilizados atualizados (As Built). Nosso entendimento está correto?	Todos os documentos atinentes ao projeto estão disponibilizados no dataroom.
95	95		Entende-se que será disponibilizado relatório técnico descrevendo eventuais passivos da infraestrutura aeroportuária. Nosso entendimento está correto?	Todos os documentos atinentes ao projeto estão disponibilizados no dataroom.
96	96		No caso de planos, plantas e cartas não submetidos aos órgãos competentes, ou desatualizados, os custos para adequação serão reequilibrados ou serão inseridos nos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS?	Todos os documentos atinentes ao projeto estão disponibilizados no dataroom, eventuais custos para atualização e/ou emissão, serão suportados pela futura Concessionária, nos termos do que preceituam as Cláusulas 5.3.7, 5.3.8 e 5.3.27, dentre outras, do Contrato de Concessão.
97	97		O ano 01 dos investimentos está vinculado à assinatura do Termo de Aceitação e Uso de Ativos?	As fases de realização do objeto da concessão, constam da Seção VI do Contrato de Concessão.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
98	98		Solicita-se que sejam disponibilizados todos os contratos administrativos vigentes, quais sejam, aqueles relacionados aos serviços atualmente prestados nos Aeroportos, devendo estes serem disponibilizados contendo os custos relacionados, o escopo de trabalho, por Aeroporto, a fim de que as empresas interessadas possam auferir parte do custo da operação.	Conforme aviso publicado no dia 26/03/2024 no site da licitação, o data-room foi atualizado com os contratos atuais vigentes.
99	99		Solicita-se que seja disponibilizada uma listagem detalhada decessionários inadimplentes, por Aeroporto, a fim de que as empresas interessadas possam verificar a real receita não tarifária dos Aeroportos.	Os relatórios de inadimplência foram incluídos no data-room da licitação (ARQUIVOS DAP).
100	100		Solicita-se a disponibilização das informações de contas de consumo de todos os aeroportos, por Aeroporto (Água, Luz, Telefone, dentre outros).	Conforme aviso publicado no dia 26/03/2024 no site da licitação, o data-room foi atualizado com os dados de consumo disponíveis.
101	101		Solicita-se a disponibilização da relação de aeronaves hangaradas em todos os aeroportos por hangar.	SBPF e SBNM não possuem aeronaves hangaradas.
102	102		Solicita-se a disponibilização do volume de combustível por aeroporto Jet e AVGAS – separados por tipo de combustível.	Produtos entregues em MARÇO/2024 no SBPF: Jet A1 – 271.913 Litros – R\$ 4,6503 por Litro – Total R\$ 1.264.477,02. AvGás - 32.276 Litros – R\$ 6,7960 por Litro – Total R\$ 219.347,70. Capacidade dos tanques de armazenamento em Passo Fundo: AVGAS – 50 m ³





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				JET – 100 m ³
103	103		Solicita-se a disponibilização do número de colaboradores orgânicos alocados nos aeroportos, por Aeroporto e custo relacionado.	SBNM o PAA encontra-se em processo de implantação. Total de 07 colaboradores orgânicos: 02 administradores e 05 operacionais
104	104		Solicita-se a disponibilização de relatório de processos judiciais referentes a Contratos Comerciais e contas de depósitos judiciais.	O Contrato de Concessão determina que são riscos suportados pelo Poder Concedente, que poderão ensejar Revisão Extraordinária, desde que impliquem alteração relevante de custos ou receitas da Concessionária: 5.2.11. Custos relacionados aos passivos decorrentes das relações trabalhistas anteriores à data de transferência do contrato de trabalho, tenham sido ou não objeto de reclamação judicial, incluindo os encargos previdenciários; 5.2.12. Custos relacionados aos passivos fiscais, previdenciários, administrativos e cíveis que decorram de atos ou fatos anteriores à assinatura do Contrato, salvo se decorrentes de atos da Concessionária relacionados à execução da Fase I do Contrato. Motivo pelo qual não há razão para disponibilização de relatórios de demandas judiciais e/ou contas de depósitos judiciais, relacionados à atual gestão dos Aeroportos.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
105	105		Todos os contratos de Prestação de serviços serão rescindidos no momento da entrega da concessão?	Não. Conforme disciplina a Cláusula 2.16 do Contrato de Concessão: <i>"Caberá ao Operador Atual notificar os seus prestadores de serviços de que seus contratos serão rescindidos a partir do 1º (primeiro) mês seguinte ao término do Estágio 2, sendo o responsável pela implementação de todas as medidas necessárias à rescisão dos respectivos contratos."</i>
106	106		Solicitamos esclarecer se os valores devidos de inadimplência do período da transição serão de poder da futura concessionária?	Nos termos da Cláusula 2.15 do Contrato de Concessão, as despesas e receitas incidentes sobre as atividades dos Aeroportos relativas ao Estágio 2 da transferência serão de responsabilidade do Operador Atual, ressalvadas as despesas da Concessionária referentes às obrigações contidas no item 2.13.
107	107		Caso seja necessário a realização de desapropriações haverá reequilíbrio no processo contratual?	Nos termos da Cláusula 3.1.46 do Contrato de Concessão, os custos incorridos com eventuais desapropriações serão de responsabilidade da Concessionária, não fazendo esta jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. <i>"3.1.46. promover a desapropriação dos imóveis necessários à realização de investimentos e indenizar seus proprietários, devendo ainda, quando for o caso, solicitar a publicação dos decretos ao Poder Concedente e a outorga de poderes necessária;</i> <i>3.1.46.1. Os eventuais custos vinculados às desapropriações e/ou desocupações que sejam</i>





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				<i>necessárias à expansão dos Aeroportos, serão de responsabilidade exclusiva da Concessionária, não fazendo jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.</i> <i>3.1.46.2. Tão logo as áreas sejam desapropriadas e/ou desocupadas, deverá a Concessionária adotar os trâmites necessários para transferência das áreas à União, conforme prazo e diretrizes estabelecidas no Anexo – Plano de Exploração Aeroportuária.”</i>
108	108		Os investimentos mencionados no anexo 8 dos estudos de engenharia e afins de ambos os aeroportos não englobam os investimentos anteriormente apresentados durante o roadshow, especialmente em relação ao capex para questões ambientais e reinvestimentos em ativos. Como resultado, a soma dos investimentos previstos no anexo 8 não corresponde aos valores apresentados durante o roadshow. Qual item do edital faz referência a esses investimentos?	Todos os custos de CAPEX Ambiental, detalhados nos Estudos Socioambientais, estão inseridos no CAPEX Total do Projeto, ou seja, estão contabilizados no modelo financeiro.





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
1	109	Anexo 7 Item 2 - Processo de Transferência	Como ficarão os contratos de exploração de área dentro do aeroporto, ainda em vigência, com a licitação?	Nos termos da Cláusula 2.15.1., do Contrato de Concessão, caberá à Concessionária notificar todas as pessoas físicas e jurídicas que possuam contratos celebrados com o Operador Atual que envolvam a utilização de espaços nos Complexos Aeroportuários, informando sobre a sub-rogação dos referidos contratos, ou seja, os contratos permanecerão vigentes, observada as diretrizes contratuais estabelecidas. Ainda, conforme a cláusula 3.1.10, cabe à concessionária assumir integralmente os contratos que envolvam a cessão de espaços nos Complexos Aeroportuários que tenham sido celebrados pelo Operador Atual, conforme as condições contratadas, mediante sub-rogação integral dos seus direitos e deveres.
2	110	Anexo 7 Item 2 - Processo de Transferência	Os contratos que já se encontram em vigor, continuarão a valer até o seu término?	Nos termos da Cláusula 2.15.1., do Contrato de Concessão, caberá à Concessionária notificar todas as pessoas físicas e jurídicas que possuam contratos celebrados com o Operador Atual que envolvam a utilização de espaços nos Complexos Aeroportuários, informando sobre a sub-rogação dos referidos contratos, ou seja, os contratos permanecerão vigentes, observada as diretrizes contratuais estabelecidas. Ainda, conforme a cláusula 3.1.10, cabe à concessionária assumir integralmente os contratos que envolvam a





Número da questão formulada	Número da questão para publicação	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
				cessão de espaços nos Complexos Aeroportuários que tenham sido celebrados pelo Operador Atual, conforme as condições contratadas, mediante sub-rogação integral dos seus direitos e deveres. Quanto aos contratos de prestação de serviço, conforme disciplina a Cláusula 2.16 do Contrato de Concessão: <i>“Caberá ao Operador Atual notificar os seus prestadores de serviços de que seus contratos serão rescindidos a partir do 1º (primeiro) mês seguinte ao término do Estágio 2, sendo o responsável pela implementação de todas as medidas necessárias à rescisão dos respectivos contratos.”</i>





20040000007089

Nome do documento: Respostas aos Esclarecimentos 1 a 110.pdf

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Mathias Cavaleri de Lima
Marcia Cardoso de Freitas Becker

SPGG / DELIC/CELIC / 4816811
SPGG / DELIC/CELIC / 364382401

08/04/2024 09:08:16
08/04/2024 09:11:38

